

**A CAMPANHA EM DEFESA DO PARLAMENTARISMO REPUBLICANO NO
PLEBISCITO DE 1993, DE ACORDO COM A REVISTA VEJA****THE CAMPAIGN IN DEFENSE OF REPUBLICAN PARLIAMENTARISM IN THE
1993 BRAZILIAN PLEBISCITE, ACCORDING TO VEJA MAGAZINE**

Resumo: Em 21 de abril de 1993, o eleitor brasileiro foi convocado a comparecer às urnas para participar do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Um dos contendores na disputa era a Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães, oficialmente suprapartidária, responsável pela defesa da conservação da forma de governo republicana, mediante alteração do sistema de governo para um tipo específico de parlamentarismo. *Veja*, uma revista publicada no Brasil desde 1968, cobriu a corrida eleitoral, manifestando pareceres, analisando o desempenho das três correntes políticas envolvidas no processo. A partir das informações e opiniões prestadas pelo semanário, sobretudo em edições veiculadas entre janeiro e abril de 1993, este trabalho visa captar percepções contextuais sobre a campanha parlamentarista republicana, atendo-se à pertinência do uso de periódicos como fontes históricas. Para o exame dos materiais, serão empregados recursos propostos na metodologia da Análise de Conteúdo, sistematizando-se através deles, o teor do que foi expresso por *Veja*.

Palavras-chave: Parlamentarismo. Plebiscito. *Veja*.

Abstract: On April 21, 1993, the Brazilian voter was called to participate in the Plebiscite on the Form and System of Government. One of the contenders in the dispute was the National Parliamentary Front “Ulysses Guimarães”, officially supra-partisan, responsible for defending the conservation of the republican form of government, by changing the system of government to a specific type of parliamentarism. *Veja*, a magazine published in Brazil since 1968, published about the electoral race, expressing opinions, analyzing the performance of the three political currents involved in the process. Based on the information and opinions provided by the weekly, especially in editions published between January and April 1993, this work aims to capture contextual perceptions about the republican parliamentary campaign, taking into account the pertinence of the use of periodicals as historical sources. For the examination of the sources, resources proposed in the Content Analysis methodology will be used, systematizing through them, the content of what was expressed by *Veja*.

Keywords: Parliamentarism. Plebiscite. *Veja* magazine.

Roberto Biluczyk
Mestre em História
pela Universidade de
Passo Fundo UPF)
rb.biluczyk@gmail.com



<https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1128.13>

Introdução

No Brasil, debates sobre sistemas de governo – isto é, presidencialismo e parlamentarismo – ressurgem com certa frequência, principalmente nas esferas legislativas, em tempos de crise. No sistema presidencialista, predominante na história republicana do país, o presidente acumula as funções representativas da chefia de Estado e os encargos administrativos da chefia de governo. Já no sistema parlamentar, também conhecido como sistema de gabinete, um primeiro-ministro assume as responsabilidades governamentais, enquanto o presidente mantém alguns poderes pontuais (Figueiredo; Figueiredo, 1993, p. 18).

Durante a experiência democrática de 1945-1964, o deputado federal sul-rio-grandense Raul Pilla, filiado ao Partido Libertador (PL), se destacou ao apresentar quatro vezes na Câmara, projetos voltados à implementação de um sistema de gabinete no Brasil (Esteves, 1984, p. 22). Suas tentativas foram inicialmente combatidas por políticos como Afonso Arinos, parlamentar mineiro filiado à União Democrática Nacional (UDN). Posteriormente, porém, o próprio Arinos adotaria enfática defesa do modelo parlamentarista (Silva, 1989, p. 21).

Em setembro de 1961, como solução emergencial à crise que se instalou com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o sistema parlamentar de governo foi implantado. Desconfiados do vice-presidente João Goulart, os ministros militares não aceitaram a posse do legítimo mandatário nos moldes que o presidencialismo determinava (Batistella, 2016, p. 233). Com isso, a redução de poderes se tornou condicionante para a ascensão de Jango ao cargo. Tolhido de boa parte de suas atribuições, Goulart coexistiu com três primeiros-ministros escolhidos por ele, com o aval do Congresso, antes que o sistema fosse derrubado pelo povo, em referendo¹ promovido em 6 de janeiro de 1963 (Ferreira, 2003, p. 362).

Em abril de 1964, os militares tomaram o poder, impondo uma ditadura. Nos anos subsequentes, a retomada do regime democrático foi constantemente sabotada, limitada e postergada por aqueles que detinham o comando do país (Fico, 2016, p. 95). Em janeiro de 1985, uma eleição indireta elevou uma chapa de oposição moderada à presidência da República. Tancredo Neves, outrora primeiro-ministro de João Goulart, foi eleito como presidente, tendo como vice José Sarney, originário do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança

¹ Embora tenha sido promovido como um plebiscito – e assim tenha sido chamado pela historiografia –, o expediente de 6 de janeiro de 1963, segundo Argelina e Marcus Figueiredo (1993, p. 97), foi um referendo. Enquanto um plebiscito versa sobre configurações ainda não legalizadas, antes de suas execuções, um referendo indaga o eleitor sobre um estatuto já em vigor, caso do parlamentarismo instituído em setembro de 1961.

Renovadora Nacional (ARENA), que deu sustentação à ditadura. Ambos representavam, naquele pleito, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)².

Tancredo Neves não tomou posse, vindo a falecer em 21 de abril de 1985, após uma rápida doença. Destarte, o poder presidencial ficou nas mãos de José Sarney, encarregado de permitir a tão almejada redemocratização. Seu mandato duraria, a princípio, até 15 de março de 1991. Através da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, oficializou-se o chamamento de uma Assembleia Nacional Constituinte, que trabalharia na elaboração de uma nova Constituição para o país (Ferreira, 2018, p. 43), com a finalidade de se substituir a Carta de 1967, identificada com o regime ditatorial militar.

A Assembleia a ser instalada em fevereiro de 1987 seria formada por 487 deputados federais e 49 senadores, a serem escolhidos diretamente em novembro de 1986, e por 23 senadores eleitos em 1982, no usufruto de seus mandatos com duração de oito anos. A controversa fórmula faria com que os políticos acumulassem seus encargos originais com a preparação da Constituição. Organismos da sociedade civil e política reivindicaram, sem sucesso, a composição de uma Constituinte exclusiva³ (Versiani, 2014, p. 220).

A eleição de 1986 ressignificou a presença pemedebista no Parlamento e nos governos estaduais⁴, fazendo com que o partido detivesse mais de três centenas de cadeiras na Constituinte. O êxito eleitoral do PMDB se embasou nas efêmeras implicações do Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986 em prol da estabilização monetária e do controle inflacionário. A medida, contudo, após servir aos propósitos eleitorais do governo Sarney, demonstrou seus primeiros sinais de fracasso após o pleito (Barbosa, 2009). Hegemônico, mas não homogêneo, o partido possuía integrantes com diferentes visões sobre os encaminhamentos dados pelo presidente às agendas política, social e econômica (Biluczyk, 2021, p. 50).

Dentro e fora do PMDB, as críticas contra Sarney recrudesceram, impulsionando dois debates entre os constituintes. O primeiro deles foi a tentativa de redução do mandato presidencial, de seis para quatro ou cinco anos. Outra pauta em destaque era a defesa da mudança do sistema de governo, de presidencialismo para parlamentarismo. Sobre isso, alguns

² Em 2017, o PMDB passou a se chamar Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em alusão ao partido que operou entre 1966 e 1979. Já o PDS utiliza a nomenclatura Progressistas (PP), apesar de manter sua posição no espectro político - direita.

³ Outra ideia impopular foi a convocação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), composta por notáveis, cuja função era construir um anteprojeto a ser aproveitado pela Constituinte (Ferreira, 2018, p. 43). O esboço elaborado pelo grupo, conhecido como Comissão Afonso Arinos, foi descartado por Sarney, que não o encaminhou ao Congresso. Nele, constava a implementação do sistema parlamentarista de governo.

⁴ Em 1986, 23 governos estaduais estavam em disputa, dos quais o PMDB conquistou 22. O Partido da Frente Liberal (PFL) ficou com a outra vaga, mais precisamente no estado de Sergipe.

políticos endossavam, inclusive, que a modificação deveria ocorrer tão logo a nova Constituição fosse promulgada, ou seja, na vigência do mandato de Sarney, discussão que desagradava ao presidente e a militares influentes, como o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves (Biluczyk, 2021, p. 53).

Após um complexo percurso, o mandato presidencial foi reduzido para cinco anos, mantendo-se o presidencialismo, um desdobramento considerado como uma vitória de Sarney. A conservação do sistema de governo, entretanto, não era algo definitivo. Através de uma série de manobras, os parlamentaristas conseguiram reabilitar o debate, conduzindo a decisão para o eleitorado, que seria convocado a participar de um plebiscito, a ser realizado em 1993 (Biluczyk, 2021, p. 105). Toda essa movimentação não passou despercebida pela imprensa, ganhando ênfase, sobretudo nas páginas de revistas semanais, como *Manchete*, da Bloch Editores, e *Veja*, da Editora Abril.

O artigo a seguir busca contextualizar questões relativas à organização imediata da campanha parlamentarista republicana voltada ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, de 21 de abril de 1993. Para isso, conteúdos apresentados pela revista semanal *Veja* serão utilizados como base para análise. A periodização adotada contempla prioritariamente a leitura e a interpretação de reportagens, colunas e matérias presentes em 18 edições, publicadas entre 30 de dezembro de 1992 e 28 de abril de 1993. A escolha se trata de um recorte resumido, a partir de um estudo mais aprofundado efetivado pelo autor em sua dissertação.

O desenvolvimento deste trabalho visa articular elementos previstos na metodologia conhecida como Análise de Conteúdo (AC), considerada adequada para examinar dados impressos por veículos de comunicação social. A AC parte de princípios, como a necessidade de se conhecer quem é a fonte, o que ela fala, de que modo, para quem, com que fins e com qual resultado. Com essas percepções, as informações são preparadas, lidas e classificadas e/ou categorizadas (Moraes, 1999, p. 4). Por fim, a descrição e a interpretação dos dados ajudam a extrair os novos conhecimentos, desvendando-se os sentidos embutidos no conteúdo veiculado (Bardin, 2000, p. 13-14).

Em um passado não muito distante, as orientações teóricas dentro da pesquisa histórica, com inspirações positivistas, remetiam à preponderância da utilização de documentos oficiais como fontes supostamente autênticas e confiáveis, sumamente científicas (Romancini, 2005, p. 3). A transformação de paradigmas possibilitou ao historiador, a exploração de novos objetos e fontes, como periódicos de comunicação social, em seus exercícios analíticos e investigativos (Luca, 2008, p. 113).

A elevação de parâmetros propiciada pela institucionalização universitária das pesquisas ajudou a intensificar o senso crítico, diversificando-se as estratégias metodológicas. A cientificidade das produções e o diálogo interdisciplinar entre as áreas da Comunicação Social e da História, principalmente presentes em cursos de pós-graduação, contribuíram para viabilizar o emprego de periódicos como fontes, superando-se temores, aprimorando-se procedimentos e leituras (Romancini, 2005, p. 10).

As peculiaridades dos materiais analisados devem ser alvos de intensa compreensão e observação pelo historiador, em passo anterior à interpretação das informações. Alguns pontos a serem considerados são a frequência de publicação do periódico e a quem ele se destina. Concomitantemente, as relações da fonte com o mercado publicitário ou com o poder vigente despertam atenções especiais, pela possibilidade de interferência interna ou externa no produto final (Luca, 2008, p. 138).

De acordo com Renée Barata Zicman (1985, p. 93), a apresentação das notícias e suas disposições espaciais também devem ser sopesadas pelo historiador, que deve inserir sua fonte em um contexto mais amplo para obter uma percepção mais eficaz da realidade estudada. O olhar aprofundado permite o desvendar do explícito e do implícito, ajudando no processo de análise dos determinantes, ponderando-se as homogeneidades e heterogeneidades do veículo jornalístico e do período histórico.

Este artigo se divide em três momentos. Inicialmente, serão apresentados apontamentos relativos à atividade e à trajetória da fonte. A seguir, serão elucidados fatores necessários ao entendimento do contexto em que foi concebido o Plebiscito de 1993, notabilizando-se as ações dos parlamentaristas republicanos. Por fim, será efetuada a análise dos conteúdos expressos pelo semanário paulistano, considerando a presença do grupo político em campanha.

2 A revista *Veja*

Em 1950, perante um panorama favorável à modernização gráfica no Brasil, sob influência da expansão da produção e da distribuição de bens de consumo, surgiu em São Paulo, a Editora Abril (Villalta, 2002). Fundada pelo estadunidense de origem italiana, Victor Civita, a casa publicadora passou a editar diferentes revistas, como *Pato Donald* (1950-2018), *Quatro Rodas* (1960-presente) e *Realidade* (1966-1976). Em 1959, começou a desenvolver um novo conceito de revista semanal, em um projeto comandado por Roberto Civita, filho do fundador da editora (Velásquez; Kushnir, 2009).

O chamado Projeto Falcão considerava o sucesso de veículos de comunicação social já estabilizados nos Estados Unidos. O contexto político brasileiro – que envolveu a renúncia de Jânio Quadros, as turbulências do governo Jango e o golpe militar de 1964 – ajudou a adiar a execução desse planejamento (Augusti, 2005, p. 71). Com a experiência do jornalista italiano Mino Carta, lançou-se, após 14 edições de teste – sendo válidas, 13 delas –, a revista *Veja e Leia*, conhecida, desde seus primórdios, apenas por *Veja*. Sua primeira edição foi datada de 11 de setembro de 1968 (Velásquez; Kushnir, 2009)⁵.

A predominância do texto sobre as imagens causou desapontamento ao público e ao mercado, pouco acostumados com o formato jornalístico, até então inédito (Zanoni, 2015, p. 27). Todavia, *Veja* foi responsável por uma mudança mercadológica, justamente por sua configuração diferenciada, inaugurando no país, “o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação, na escola das americanas *Time* e *Newsweek*” (Corrêa, 2012, p. 218). Afetada pelos interesses econômicos de seus proprietários e por novos anseios de seu público-alvo, modificou paulatinamente suas ações e seu pessoal, abrindo mão dos serviços de Mino Carta, em 1976 (Velásquez; Kushnir, 2009).

Dotada de características de inspiração político-partidária, sobretudo a partir da década de 1990, *Veja* foi fortemente criticada por pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, por sua postura opinativa e por sua apologia manifesta, mas negada, de preceitos, como a economia neoliberal (Silva, 2005, p. 81). O periódico também é lembrado pela aplicação de recursos linguísticos, ao se expressar com opiniões repletas de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem, afastando-se de gêneros mais tradicionais de texto. Quando quer desqualificar algo, a revista emprega ironia em suas matérias, o que vai além de seu papel informativo, ao delegar juízo de valor ao objeto de sua análise (Benetti, 2007, p. 42).

Basicamente, *Veja* é uma revista semanal prioritariamente, mas não exclusivamente, interessada em pautas políticas, direcionando-se às classes A e B, fundamentando-se na prerrogativa de atendimento de um rápido consumo de informações (Rossato, 2016, p. 194). Em maio de 1992, o semanário, carro-chefe da Editora Abril, definitivamente se consolidou, ao abordar em primeira mão, escândalos de corrupção que derrubariam o governo do presidente Fernando Collor de Mello, no final daquele ano (Velásquez; Kushnir, 2009).

De tal modo, *Veja* chegou a 1993 com significativa reputação junto a seu público. Sob a direção do jornalista Mário Sérgio Conti, que assumiu o cargo em maio de 1991, a revista

⁵ A partir da edição nº 352, de 4 de junho de 1975, *Veja* oficialmente perdeu seu título complementar.

possuía entre seus columnistas, Ancelmo Góis, Jô Soares, Marcos Sá Corrêa e Roberto Pompeu de Toledo. Em sua equipe de reportagem, destacavam-se nomes como Mônica Bergamo, que se tornaria uma prestigiada jornalista de política no Brasil.

3 Debates sobre parlamentarismo no Brasil (1987-1992)

O insucesso do Plano Cruzado fez com que José Sarney passasse a se preocupar com seus índices de popularidade, menos expressivos às vésperas do início da Assembleia Nacional Constituinte (Ferreira, 2018, p. 49). A base governista começou a efetuar severas contestações ao mandatário. O PMDB dava notórios sinais de fragmentação (*Veja*, 1987a, p. 28). Políticos de renome impulsionavam debates em favor de medidas interpretadas por *Veja* como meros meios de reduzir qualitativamente ou abreviar temporalmente os poderes presidenciais – entre elas, o parlamentarismo (*Veja*, 1987b, p. 31).

Surgido a partir da evolução política inglesa, em um longo processo, o sistema parlamentar de governo não possui regras estanques, podendo se adaptar à realidade do lugar onde é instalado (Petersen, 1993, p. 15). De acordo com o semanário paulistano, uma ideia com boa aceitação entre os constituintes articulava a mudança de sistema de governo, com a adoção de um parlamentarismo misto, mesclando-se elementos do sistema de gabinete com o presidencialismo, em fórmula que permitiria ao presidente da República obter atribuições maiores do que as comumente adquiridas em modelos considerados mais “puros” (*Veja*, 1987b, p. 31).

No período, congressistas, como os senadores José Richa (PMDB-PR), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Mário Covas (PMDB-SP) e o deputado federal Euclides Scalco (PMDB-PR), ganharam proeminência na revista como engajados parlamentaristas. Salienta-se que Covas era o líder do PMDB na Constituinte. Em outros partidos, o sistema era apoiado por políticos, como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e os deputados Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) e Roberto Freire (PCB⁶-PE). Embora o parlamentarismo conquistasse preferências em todo o espectro político, havia certa insistência de *Veja* em conferir a pauta ao ideário da esquerda (*Veja*, 1987c, p. 23).

Em outra vertente, a manutenção do presidencialismo também unia políticos com distintas visões, como aliados de Sarney, caso do senador Marco Maciel (PFL-PE) e do

⁶ Partido Comunista Brasileiro, versão legalizada operante entre 1985 e 1992. Deu lugar ao Partido Popular Socialista (PPS), mais tarde denominado Cidadania. Um novo PCB foi reorganizado ainda na década de 1990.

deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e opositoristas do presidente filiados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), como os deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que viam em Leonel Brizola, ex-governador do Rio de Janeiro, um forte candidato à presidência da República, em eleições ainda sem data para ocorrer (*Veja*, 1987d, p. 48). *Veja* opinava negativamente sobre as ambições presidenciais de Brizola (*Veja*, 1987c, p. 23).

Já em uma luta considerada pessoal, amparada em uma emenda popular agenciada por ele mesmo, o deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno (PDS-SP) colocava-se contrário à continuação da forma de governo republicana no país, defendendo um modelo monárquico, constitucional e parlamentarista, a ser introduzido mediante vitória em um plebiscito (Cunha Bueno, 1988, p. 59). Os anseios daqueles que visavam transformar o Brasil em um reino obtiveram inicialmente pouca e desacreditada repercussão, tanto em *Veja*, como na Assembleia Constituinte (*Veja*, 1987e, p. 32). Entre os monarquistas, o parlamentarismo era apenas uma questão secundária⁷.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 era presidida por Ulysses Guimarães, notável opositor da ditadura militar, que acumulava também os cargos de presidente da Câmara dos Deputados e do PMDB. Ulysses adotou um tom conciliatório, voltado a preservar a unidade da legenda. Por isso, não se engajou em temas avaliados como polêmicos, a exemplo da mudança de sistema de governo. Na percepção de *Veja*, Guimarães era um dos nomes mais cotados para concorrer à sucessão de Sarney. Concomitantemente, era considerado apto para uma virtual indicação a primeiro-ministro, caso o sistema parlamentarista viesse a ser confirmado pela Assembleia (*Veja*, 1987f, p. 43).

Em suas análises, *Veja* determinava que as experiências parlamentaristas anteriormente praticadas no Brasil – no Império e no governo Jango – eram motivos suficientes para desmoralizar o debate sobre o assunto (*Veja*, 1988a, p. 17). Ademais, a revista entendia que a contenda era desnecessária, pois os ministros da Fazenda presidencialistas já detinham comportamentos semelhantes aos de um primeiro-ministro parlamentarista, definindo os destinos do governo, conforme o desenvolvimento de suas ações (*Veja*, 1987c, p. 23). Essa

⁷ O monarquista Armando Alexandre dos Santos (1992, p. 61-62) entendia que a monarquia e o parlamentarismo não se bastavam por si. Por isso, ele defendia o retorno de práticas políticas do Brasil imperial, como o Poder Moderador, exercido pelo imperador. Segundo o autor, o Poder Moderador garantiu o “equilíbrio entre os outros três poderes”, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Essa ideia convergia com o pensamento de Cunha Bueno.

opinião, que produz amplas reflexões sobre sua validade, continuou a ser editorialmente reproduzida ao longo dos anos (Toledo, 1991, p. 26).

A Constituinte contava com oito comissões temáticas, que se dividiam internamente em outras três subcomissões. O parlamentarismo e o presidencialismo foram apreciados primeiramente na Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo. Além das frentes de trabalho, a Comissão de Sistematização, presidida por Afonso Arinos e composta por um total de 93 constituintes, reunia as ideias aprovadas pelas demais comissões, com vistas à preparação da redação da nova Carta (Biz, 1993a, p. 67).

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), defensor do sistema de gabinete, atuava como relator da Comissão de Sistematização, responsabilizando-se pela elaboração, organização e apresentação dos textos que deveriam compor a Constituição. A cada anteprojeto apresentado por ele, o parlamentarismo se configurava de um modo diferente, levando em conta pressões internas e externas (Nogueira, 2009). O mesmo ocorria com a duração do mandato presidencial. Essas e outras inconstâncias desagradavam a apoiadores de ambos os sistemas, que criticavam, conforme o semanário, o teor dos esboços (*Veja*, 1987g, p. 36).

Entre outubro e novembro de 1987, após meses de discussão, votações preliminares na Comissão de Sistematização orientaram a aprovação do parlamentarismo e dos quatro anos de mandato presidencial (*Veja*, 1987d, p. 48). Meses antes, em um pronunciamento no rádio e na televisão, em 18 de maio de 1987, José Sarney declarou sua preferência pelo presidencialismo, com mandato de cinco anos, um a menos do que a previsão original, isto é, seis anos. Sua atitude perante o tema causou desconfortos na Constituinte. O presidente Sarney e seus ministros foram inúmeras vezes acusados de tentarem interferir nos trabalhos da Assembleia, conspirando contra sua soberania (Dias et al, 2015).

Com a aparente derrota, Sarney temporariamente silenciou sobre os temas, voltando a se manifestar após as sucessivas e significativas vitórias do Centrão, grupo de direita suprapartidário surgido nas fileiras pemedebistas e logo expandido entre outras siglas, na Constituinte (*Veja*, 1987h, p. 25). O presidente da República esperava na atuação desse bloco, com inegável alinhamento ao governo vigente, a reversão em plenário de inúmeros atos já deliberados e aprovados pela Sistematização, como a duração do mandato e o sistema de governo (Nogueira, 2009)⁸.

⁸ O desempenho do Centrão foi amplamente celebrado pela revista, pelo notável interesse dos integrantes do grupo em suprimir artigos considerados progressistas da nova Constituição (Velásquez; Kushnir, 2009).

Externando sua insatisfação com as discussões, *Veja* avaliava que o parlamentarismo somente seria útil ao país se fosse instalado em seu estilo tradicional, ou seja, com indicação indireta do presidente da República, o que era impossibilitado pelo contexto (*Veja*, 1988a, p. 17). As instituições brasileiras estavam em fase de reorganização, objetivando a total superação de uma ditadura⁹ que retirou do povo o direito de escolher seu presidente. A sensibilidade do momento impediria, assim, a aplicação de um sistema de gabinete mais clássico no país (*Veja*, 1988a, p. 17).

Eleger um presidente por vias diretas e fazê-lo coexistir com um primeiro-ministro não era algo tido como válido pelo semanário, dadas as chances de conflito entre ambos e a expressiva votação que conduziria um chefe de Estado com poderes limitados à cadeira presidencial. *Veja* argumentava que a eficácia do parlamentarismo também se condicionava à oficialização do voto distrital¹⁰, mecanismo que não ganhou muita ênfase na Assembleia, mas que era defendido com fervor pela linha editorial da revista (*Veja*, 1988a, p. 17).

Em 22 de março de 1988, uma emenda de teor presidencialista proposta pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) foi aprovada na Constituinte, sobrepondo a redação parlamentarista presente no texto da Comissão de Sistematização. Destarte, o presidencialismo seguiria em funcionamento no Brasil. O modelo de gabinete, que parecia ter sua implementação inevitável, foi superado por um inesperado placar de 344 votos a 212 (Biluczyk, 2021, p. 99). “Era uma ideia vistosa – mas, como os balões, cheia de ar”, opinava *Veja* sobre a reivindicação parlamentarista, entendendo que a configuração “nunca empolgara a maioria parlamentar, como se chegou a imaginar” (*Veja*, 1988b, p. 44)

Enquanto os apoiadores do presidencialismo festejavam a vitória, os parlamentaristas buscavam alternativas legais para tentar resgatar o debate. O regimento impedia que temas votados emergissem novamente às discussões. Nessas circunstâncias, os defensores do sistema de gabinete acolheram a ideia monarquista de plebiscito, inteiramente descolada do debate original (Németh-Torres, 2008).

⁹ Embora a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney seja bem aceita como o marco final da ditadura militar, pesquisadores, como Adriano Nervo Codato (2005), defendem que o governo Sarney foi um período de transição, somente concluído com a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990. Isso se justifica pelo notório alinhamento do presidente com os setores militares, que seguiram exercendo suas influências na administração federal, provocando a extensão da referida ditadura.

¹⁰ No voto distrital, os parlamentares são eleitos a partir de um limite geográfico pré-determinado, o distrito. Apoiadores do mecanismo enumeram os benefícios da aproximação entre o político e o eleitor proporcionada pelo modelo. Já os críticos julgam que os interesses locais se sobreporiam aos nacionais e que o Brasil teria dificuldade em dividir adequadamente os distritos (Biz, 1993b, p. 51). O conceito eleitoral seguiu sendo difundido em *Veja* nos anos porvindouros, sempre com uma visão afirmativa (*Veja*, 1993a, p. 54-55).

Em 2 de junho de 1988, após fusões de emendas e movimentações nos bastidores, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi aprovado e marcado inicialmente para 7 de setembro de 1993. A proposta, que comporia o segundo artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, recebeu 495 votos a favor e 23 contra, enquanto 11 congressistas se abstiveram. Conquistava-se uma nova e democrática oportunidade para os parlamentaristas e os monarquistas colocarem suas agendas em evidência (Biluczyk, 2021, p. 105).

Na sessão em que foi aprovado o Plebiscito, também foi garantido um mandato de cinco anos para José Sarney, situação que cindiu definitivamente o PMDB. Mário Covas renunciou ao posto de líder do partido, juntando-se a outros correligionários insatisfeitos, como Fernando Henrique Cardoso, na criação de uma nova legenda, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB recebeu igualmente integrantes de outras agremiações, com destaque ao pefelista Afonso Arinos (Veja, 1988c, p. 42). A nova sigla se tornaria a principal defensora do parlamentarismo, planejando, no futuro, meios de antecipar o Plebiscito de 1993.

Após a eleição de 1989, que elevou Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), à presidência da República, a busca pela modificação da data da votação plebiscitária se efetivou por duas vias. No Senado, uma proposta de José Richa (PSDB-PR), votada entre outubro e novembro de 1991, visava transferir a eleição plebiscitária, de 7 de setembro de 1993 para 21 de abril de 1992. Vitoriosa em primeiro turno, foi derrotada em segundo turno, devido a uma articulação de Collor, que interpretava a antecipação do pleito como um modo de tolher seus poderes, em meio à crise econômica (Kornis; Costa, 2009).

A atitude do presidente, que causou mal-estar entre governistas e parlamentaristas, sobretudo os tucanos, praticamente não diferiu do conflito ocorrido durante a Constituinte entre os defensores do modelo de gabinete e Sarney, exceto pelo fato de que Collor costumava informar publicamente seu apoio à mudança de sistema de governo. Para ele, a alteração do modelo administrativo, se aprovada no Plebiscito, deveria acontecer somente após o fim de seu mandato, compreensão que não constava na proposta de Richa, que deixava a data oficial de implementação das causas vitoriosas em aberto (Kornis; Costa, 2009).

Mais tarde, uma proposta protocolada na Câmara dos Deputados, de autoria de José Serra (PSDB-SP), recebeu adendos em um substitutivo relatado por Roberto Magalhães (PFL-PE), obtendo a mudança da data do Plebiscito para 21 de abril de 1993, em trâmites concluídos já em meados de 1992 (Brasil, 1992). Na mesma época, o governo Collor entrou em decadência, por denúncias de corrupção que culminaram em sua deposição.

Percebe-se que os mais notáveis debates sobre parlamentarismo, presidencialismo, república e monarquia, ocorridos entre 1987 e 1992, em geral se restringiram ao âmbito político, sem maior apelo na sociedade. A chegada do ano de 1993 impôs a necessidade de viabilização dos mecanismos legais inerentes à consulta popular, sobre a qual pairavam muitas dúvidas. A organização e as práticas das campanhas, com especial atenção à parlamentarista, serão pontuadas na sequência, juntamente com os resultados derivados dessa diferenciada disputa eleitoral, contemplando a repercussão dos fatos noticiados pela revista *Veja*.

4 De olho na campanha: os parlamentaristas republicanos, conforme *Veja* (1993)

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, concluído no final de dezembro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco foi elevado oficialmente à presidência. O político sem partido já tinha assumido a governança em outubro daquele ano, provisoriamente, depois do afastamento do titular. No Congresso, as deliberações sobre a legislação que orientaria o Plebiscito de 1993 se fortaleceram, levando em conta a proximidade da consulta eleitoral. Sem muito entusiasmo, *Veja* iniciou sua cobertura a respeito da eleição de abril, publicando variadas matérias sobre a movimentação política.

Mesmo visto como a grande pauta de contestação no Plebiscito, em nenhuma vez o parlamentarismo republicano foi tratado com dedicação exclusiva em *Veja*. O assunto integrava outras intervenções, estando constantemente interligado à eleição como um todo ou a temas políticos da atualidade. Ao longo das 18 edições, a temática foi abordada em: cinco reportagens analíticas, seis matérias ou notas de caráter informativo, cinco colunas de opinião, sete redações com inspiração instrucional, seis entrevistas e uma enquete.

Em 30 de dezembro de 1992, *Veja* lançou um questionário com linguagem informal, com o intuito de conhecer a opinião de seu leitor a respeito de assuntos contemporâneos, como economia, pena de morte e política nacional. Em uma das perguntas, cujas respostas deveriam ser encaminhadas por correio, a revista procurou saber a preferência de seu público-alvo diante dos contendores plebiscitários (*Veja*, 1992, p. 84-86). A tentativa de interação produziu um resultado favorável ao parlamentarismo republicano, visto que a maioria dos partícipes apontou essa alternativa.

Entre as 913 correspondências recebidas, cujos resultados foram dados a conhecer na edição de 10 de fevereiro de 1993, apenas 846 leitores responderam a referida pergunta. Desse total, 452 participantes primaram pelo parlamentarismo republicano, enquanto 306 preferiram

o presidencialismo e 88 optaram pela monarquia (*Veja*, 1993a, p. 13). Apesar da amostragem inegavelmente majoritária ao sistema parlamentar, *Veja* continuou a manifestar pareceres contrários ao modelo de gabinete, enfatizando conflitos emergentes na pré-campanha.

Em 6 de janeiro de 1993, o semanário noticiou que o economista Mário Henrique Simonsen, colunista da revista *Exame*, também da Editora Abril, havia declarado naquele periódico sua adesão ao parlamentarismo monárquico (*Veja*, 1993b, p. 57). A decisão de Simonsen, observada com surpresa por *Veja*, foi também explorada em uma entrevista dele para Marcos Sá Corrêa, publicada duas semanas mais tarde. Para Corrêa, a presença do economista ajudaria a campanha sobre a forma monárquica a não “tropeçar no ridículo” (Simonsen, 1993, p. 7).

Simonsen, antigo colaborador da ditadura militar, conhecido por defender o sistema parlamentar de governo há muitos anos, alegava que somente a monarquia asseguraria que o chefe de Estado não seria escolhido pelo povo, o que, a seu ver, contribuiria para um melhor desempenho do primeiro-ministro (Simonsen, 1993, p. 7). A ruptura de Simonsen com os parlamentaristas republicanos serviu para embasar o posicionamento de *Veja* sobre o desdobramento eleitoral, frisando-se incertezas sobre o futuro político do país¹¹.

A possibilidade de eliminar as eleições diretas para presidente da República ensejou críticas de presidencialistas, que acusavam seus rivais de tentarem subtrair do povo, o direito conquistado. Os parlamentaristas republicanos, por sua vez, salientavam que o sistema de governo por eles defendido seria capaz de conciliar um presidente eleito e um primeiro-ministro nomeado indiretamente¹², pensamento visto com reservas por *Veja*, que, em várias oportunidades, criticou a postura, amplificando aspectos negativos (*Veja*, 1993c, p. 45).

Ao ponderar sobre as intensas transformações ocorridas na política nacional em curto espaço de tempo, Roberto Civita, fundador da revista e diretor da Editora Abril, sustentava, em texto veiculado em 6 de janeiro de 1993, que o Brasil precisava continuar a promover mudanças, que passavam pela moralização do comportamento dos políticos e pela implementação do voto distrital. Novamente, a revista, agora por meio de seu proprietário,

¹¹ Carla Luciana Silva (2005, p. 136) salienta que se constituía em um recurso comum de *Veja*, a abertura de espaços para a difusão de opiniões e pareceres de intelectuais, como Mário Henrique Simonsen e outros. Simonsen, com sua recorrente participação, se tornou, assim, uma referência não-disfarçada da revista, especialmente quando o assunto era da alçada econômica.

¹² Em uma coletânea, o deputado tucano José Serra apontou uma série de atributos entendidos como vantagens do sistema por ele defendido, como a divisão de funções entre chefe de Estado e chefe de governo e a pretensa flexibilidade de mandatos. Práticas administrativas internacionais eram exaltadas como exemplos de sucesso, ideais ao que se objetivava inserir no Brasil. Em sua visão, somente o parlamentarismo seria capaz de conceber governos fortes e democráticos, sob garantias de eficiência, transparência e estabilidade (Serra, 1993, p. 25-26).

ressaltou sua apologia ao mecanismo eleitoral, rememorando apenas superficialmente o debate sobre formas e sistemas de governo (Civita, 1993, p. 78).

Se Civita optou por uma citação menos contundente – correlacionando o Plebiscito com a Revisão Constitucional¹³, marcada para outubro de 1993 –, Roberto Pompeu de Toledo preferiu externar toda sua contrariedade à realização da consulta eleitoral. Para ele, o “plebiscito sobre o parlamentarismo” era a questão “mais vã” já conferida ao brasileiro, demonstrando a “artificialidade” do pensamento dos políticos, que se empenhavam em fazer o povo acreditar que a mudança de sistema de governo poderia resolver problemas da política brasileira, como a corrupção (Toledo, 1993a, p. 22).

Uma das maiores dificuldades sinalizadas por Toledo era a falta de entendimento dos políticos em relação à variedade operacional inerente aos conceitos em jogo. Em sua visão, parlamentarismo e presidencialismo não passavam de “fantasias acadêmicas” e nem os especialistas estavam “de acordo” com o que se discutia, o que atrapalhava ainda mais a qualidade das deliberações, fazendo com que a população fosse obrigada a escolher entre ideias abstratas, que ganhariam, enfim, concretude pela ação do Congresso na futura Revisão Constitucional (Toledo, 1993a, p. 22).

Mostrando coesão com o pensamento de seu chefe, Toledo não confiava na eficiência de um sistema de gabinete implantado sem a adoção do voto distrital, ponto que não despertava o mesmo ímpeto em políticos, como Roberto Freire (PPS-PE), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Haroldo Lima (PCdoB-BA), que se diziam parlamentaristas, mas eram contra o mecanismo. Paralelamente, o jornalista recordava que, entre alguns presidencialistas, como o deputado Prisco Viana (PDS-BA), o voto distrital era melhor aceito e reivindicado (Toledo, 1993a, p. 22).

Veja condenava a visão que atribuía ao parlamentarismo, a solução das pendências políticas nacionais, mas fazia exatamente o mesmo com sua exaustiva defesa do voto distrital, assunto que trazia voluntariamente à baila. Em nova crítica ao Plebiscito, o jornalista Marcos Sá Corrêa alegava que o povo escolheria “entre um adjetivo e um substantivo” em 21 de abril, pois, no final de janeiro, ainda não havia consenso nos planejamentos ideológicos das correntes

¹³ A Revisão Constitucional foi um mecanismo legislativo de reavaliação de pontos inseridos na Carta de 1988, programado para iniciar cinco anos após a promulgação. Poucos itens, contudo, foram modificados na ocasião, entre eles, o tempo de mandato presidencial, que passou a ser de quatro anos, a partir de 1995. A reeleição para cargos do Poder Executivo foi conquistada em um rumoroso processo, em 1997.

políticas, cujas primeiras apresentações não-oficiais em público eram, em sua opinião, deploráveis (Corrêa, 1993, p. 30)

Em janeiro, a revista também notabilizou uma entrevista com Leôncio Martins Rodrigues, cientista político contrário à mudança de sistema de governo, que desaprovava a falta de esclarecimento sobre o tipo de parlamentarismo que se pretendia instalar no Brasil, um país que, ainda fragilizado pela ditadura militar, organizava paulatinamente sua democracia. Rodrigues ainda criticou, entre outras questões, a inconsistência dos partidos políticos, que seriam incapazes, em seu parecer, de atender as prerrogativas de um modelo de gabinete (Rodrigues, 1993, p. 11) – argumentos igualmente utilizados por Pompeu de Toledo (1993a, p. 22)

Parlamentarista, o vice-presidente do PMDB e prefeito de Recife/PE, Jarbas Vasconcelos, minimizava em entrevista publicada em 3 de fevereiro de 1993, avaliações negativas contra o modelo administrativo, elencando bons predicados à causa que defendia ao lado de rivais políticos, como o deputado Roberto Magalhães. Para o pemedebista, o sistema de gabinete ajudaria a modernizar as instituições, facultando-se a remoção de um chefe de governo “de forma ética, sem convulsões”, de modo mais objetivo, se comparado com o “degradante” processo de *impeachment* de Collor (Vasconcelos, 1993, p. 9).

A partir de sete pesquisas realizadas pelo Ibope entre abril de 1991 e dezembro de 1992, a seção “Radar”, de Ancelmo Gois, refletiu em 27 de janeiro de 1993, em um infográfico, que, embora a adesão ao presidencialismo tivesse caído durante os meses da crise política, a opção pelo parlamentarismo mantinha sua curva constante. Enquanto o sistema presidencial perdeu um total de 30 pontos percentuais, caindo de 53% para 23%, o modelo de gabinete oscilou de 21% para 25%. O número de indecisos era, contudo, o grande destaque do levantamento: subiu de 26% na primeira sondagem para 52% na mais recente. Assim, *Veja* interpretava que, às vésperas do pleito, nada estava decidido (Gois, 1993, p. 31).

A regulamentação do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi sancionada em 4 de fevereiro de 1993, através da lei nº 8.624. A legislação formalizou as regras da votação, trazendo como novidade, o financiamento privado de campanhas (Brasil, 1993). Um item fundamental foi vetado pelo presidente Itamar Franco: a formatação da cédula eleitoral, que viria a ser definida posteriormente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Paulo Brossard. Esses desdobramentos foram previstos em matéria de 27 de janeiro (*Veja*, 1993d, p. 28).

A legislação distinguiu que três frentes parlamentares suprapartidárias, vinculadas a “entidades representativas da sociedade civil”, organizariam campanhas de rádio e televisão em prol do presidencialismo republicano, do parlamentarismo monárquico e do parlamentarismo republicano. As frentes também deveriam elaborar estatutos e programas básicos, onde pormenorizariam elementos práticos dos sistemas (Brasil, 1993). Uma eleição sem partidos tendia a unir políticos de diferentes pensamentos em um mesmo palanque, o que foi rechaçado de antemão por *Veja* (Toledo, 1993a, p. 22).

O grupo que se apresentou para defender o sistema de gabinete, dentro da forma republicana, se autodenominou como Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães (PAR). A homenagem ao político derivava de sua adesão ao ideário, doravante 1990. À época de seu desaparecimento no mar, em outubro de 1992, Ulysses liderava os primeiros encaminhamentos dos trabalhos (Biluczyk, 2021, p. 147). A escolha do nome de Guimarães para designar o grupo culminou em uma alusão menos significativa a políticos, como os já falecidos Raul Pilla e Afonso Arinos, que, embora, em vida, efetuassem defesas mais enfáticas do sistema, detinham menor apelo popular.

O estatuto da Frente Parlamentarista projetava que o sistema de gabinete, se aprovado nas urnas, valeria à nível nacional, a partir de 1995 e à nível estadual, a partir de 1999, sem informar o que aconteceria aos municípios. O presidente da República seria eleito diretamente para um mandato com duração de seis anos, podendo se reeleger (Modelo..., 1993, p. 124-135). O documento foi assinado por centenas de políticos, como o senador pemedebista José Sarney – que, enquanto presidente, trabalhou para combater esse sistema de governo –, o petista Aloízio Mercadante e o pedessista Esperidião Amin (Frente..., 1993, p. 118-123).

Apesar do caráter suprapartidário da corrente, a presença maciça dos políticos do PSDB era notável, sendo confirmada pela liderança do senador José Richa (PSDB-PR), que assumiu a presidência da Frente Parlamentarista após a morte de Ulysses Guimarães. A informação também encontrava base em um levantamento encomendado por *Veja* ao Instituto MSC, veiculado na edição de 17 de março de 1993. Todos os congressistas tucanos consultados se diziam adeptos do parlamentarismo, unanimidade que não se repetia nas demais agremiações (*Veja*, 1993e, p. 32).

A atuação tucana na campanha não foi amplamente explorada por *Veja*. Na reportagem que acompanhou os dados da pesquisa MSC, ao citar questões relativas, a revista ocultou a filiação de Mário Covas ao partido e se equivocou ao atribuir a José Richa, ligação com o PMDB (*Veja*, 1993e, p. 32-33). Isso pode ser considerado um recurso do semanário para

desassociar o partido da campanha. O periódico também não se interessou em citar que Ulysses Guimarães emprestou seu nome ao grupo, chamando-o somente de Frente Parlamentarista em suas menções. O dado, entretanto, apareceu perifericamente em uma fotografia a ilustrar o texto de Pompeu de Toledo, em 10 de fevereiro (Toledo, 1993a, p. 24).

A pesquisa MSC, que ouviu 262 deputados e 42 senadores, assinalou também a opção de 51% desses congressistas pelo parlamentarismo. Em levantamentos anteriores, os índices chegaram, porém, a 65%. Para *Veja*, os números demonstravam a preferência dos parlamentares por um modelo de governo que lhes favorecia enquanto esfera de poder. Parlamentares do Nordeste, do Sul e do Sudeste evidenciavam maior apoio ao sistema de gabinete, mas a diferença numérica entre adeptos de um ou de outro sistema era pouco significativa. A conservação da eleição direta presidencial era endossada por 83% dos deputados e 86% dos senadores inquiridos (*Veja*, 1993e, p. 33).

Conforme mencionado anteriormente, a partir da regulamentação, as correntes suprapartidárias estavam autorizadas a tornarem públicas suas campanhas. Nos meios de comunicação audiovisuais, os programas referentes à defesa dos ideários estavam programados para irem ao ar pela primeira vez em 19 de fevereiro de 1993, a sexta-feira de Carnaval. Todavia, um acordo entre as frentes políticas e as difusoras, mediado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), postergou em dez dias, a estreia do horário eleitoral gratuito, modificando-se sensivelmente a apresentação das mensagens, nesse espaço de tempo (*Veja*, 1993f, p. 68-69).

Destarte, em seus primeiros dias, o horário eleitoral gratuito foi transformado em 48 inserções de 30 segundos – 16 por frente –, transmitidas pelas emissoras ao longo de suas programações. Os blocos com maior duração, a estrear no início de março, contemplariam exibições de seis minutos por frente. Os quatro minutos restantes também seriam transmutados em vídeos curtos e diluídos nas grades comerciais das difusoras. A inédita configuração foi lamentada pelo semanário, que criticou também o desempenho dos políticos nos meios de comunicação (*Veja*, 1993f, p. 69).

Na primeira fase dos trabalhos, os parlamentaristas levariam ao ar três peças publicitárias. Uma delas, segundo *Veja*, aproveitava o contexto carnavalesco, com a execução de uma marchinha que ridicularizava o sistema presidencial. De acordo com a reportagem, a letra da canção satirizava “quem vota para presidente” – citação com alta carga opinativa. A não-reprodução da letra impede um julgamento próprio do leitor. Foliões segurando “dólares e cheques fantasmas gigantes” apareceriam no vídeo, usando máscaras alusivas a Fernando

Collor de Mello e a Paulo César Farias, o PC Farias, pivô dos escândalos de corrupção que envolviam o presidente recentemente deposto (*Veja*, 1993f, p. 69).

Outros dois vídeos articulavam a aproximação do grupo político com o eleitor, em falas protagonizadas pelos personagens Reginaldo e Terê, da telenovela *De Corpo e Alma*, da Rede Globo, respectivamente interpretados por Eri Johnson e Neusa Borges. Terê (Neusa Borges) alegava “não conhecer muito bem o parlamentarismo”, mas rechaçava o presidencialismo por corrupto e pouco eficiente. Reginaldo (Eri Johnson) explorava argumentos dúbios, fomentando associações pouco sólidas entre presidencialismo e corrupção, um dos principais motes da campanha (*Veja*, 1993f, p. 69).

Segundo o jornalista Luiz Fernando Emediato, descrito como “um dos pilotos da campanha”, os parlamentaristas estavam unidos “em torno de uma causa”, enquanto os presidencialistas brigavam por “maior destaque” na televisão¹⁴. Com a estreia do horário político tradicional, a ser exibido duas vezes ao dia, a frente passaria, conforme *Veja*, a divulgar reportagens sobre países que adotavam o sistema de gabinete, como Austrália, Irlanda e Portugal (*Veja*, 1993f, p. 69). Em realidade, Portugal não é um país parlamentarista, mas semipresidencialista, onde há coexistência entre um chefe de Estado eleito e um chefe de governo, conceito similar e aprazível ao que propagava a Frente Parlamentarista.

Em outra peça programada, pessoas reivindicariam a mudança de sistema de governo, com seus rostos pintados de azul e branco. Se até 1992, jovens pintavam suas faces para protestar nas ruas contra Collor, em 1993, no parecer dos parlamentaristas republicanos, eles mudariam seus objetivos, optando pelo sistema de gabinete. Roberto Pompeu de Toledo (1993b, p. 90) criticou contundentemente a questão, opondo-se ao uso do termo “caras-pintadas” em qualquer circunstância, por sua origem relacionada a militares golpistas argentinos, que pintavam suas frentes para não serem reconhecidos em seus atos.

Sobre o conteúdo dos materiais, o colunista ironizava uma expressão impulsionada pela campanha: “Vista o azul do parlamentarismo”. “Para quem não sabia ainda, eis a notícia: a cor do parlamentarismo é azul”, zombava o jornalista. “Quem sabe, ao se chegar ao fim do arco-íris, o país esteja pronto. Não, não estará”, concluía, ao observar a reprodução da estratégia

¹⁴ Houve uma cisão na Frente Presidencialista, pois o PDT não aceitou participar, inicialmente, das organizações articuladas pelo pefelista Marco Maciel, líder da campanha. Apesar das tentativas de união, Leonel Brizola ocupou parte do espaço destinado ao grupo em um programa mais curto, enfatizando o nome do partido (Biluczyk, 2021, p. 186).

política em períodos anteriores, como nos atos das Diretas Já, entre 1983 e 1984, e nos protestos dos jovens, supracitados (Toledo, 1993b, p. 90).

Lamentando que o brasileiro estivesse perdendo “uma boa oportunidade de receber uma carga de informações que nenhum outro eleitorado no mundo teve”, *Veja* continuou a condenar a operação de dados considerados falsos nas campanhas. As insuficiências do horário eleitoral gratuito causaram uma intervenção de três dias, entre 11 e 13 de março, com o ministro Paulo Brossard tentando explicar pessoalmente no vídeo as ideias em jogo. Para o semanário, o esforço de Brossard foi em vão, devido à sua excessiva erudição, mas serviu para confirmar a visão que a revista tinha dos programas das frentes (*Veja*, 1993g, p. 36).

Para *Veja*, as campanhas exageravam nas “mistificações”. A Frente Parlamentarista, por exemplo, insistia em elencar deméritos à experiência presidencialista nacional, ressaltando a dificuldade em se remover um presidente corrupto do poder. O periódico recordava que Collor foi destituído de seu cargo há pouco tempo, por intermédio de um mecanismo previsto no regime democrático. Segundo a revista, a queda de um mandatário corrupto eleito não seria, de modo algum, facilitada pela mudança de sistema de governo (*Veja*, 1993g, p. 36).

O semanário rememorou os escândalos de grande repercussão observados na Itália, um país parlamentarista, e relativizou ideias promovidas no espaço televisivo, como o suposto potencial informativo que um governo de gabinete teria, ao antecipar seus encaminhamentos e decisões ao conhecimento popular. *Veja* ainda frisou que os parlamentaristas efetuaram uma pesquisa telefônica, na qual a maioria do público inquirido apontou sua preferência pelos programas dos presidencialistas (*Veja*, 1993g, p. 36).

De acordo com o periódico, a campanha parlamentarista republicana era a que mais investiria dinheiro na confecção de materiais publicitários. Estimava-se que seriam usados cerca de 12 milhões de dólares no processo, sendo 2,5 milhões voltados exclusivamente à produção do horário político (*Veja*, 1993f, p. 69). Somente uma das renomadas agências envolvidas, a do publicitário Duda Mendonça, receberia a importância de 1,5 milhão de dólares por seus serviços audiovisuais (*Veja*, 1993g, p. 36).

As críticas contra as frentes e o próprio Plebiscito continuaram a embasar reportagens de *Veja*, que se interessou em elaborar um guia de inspiração instrucional, a fim de amplificar as possibilidades proporcionadas pelas formas e sistemas de governo. Esse material foi publicado em 16 páginas, em 17 de março de 1993. As sete matérias buscaram explicar as origens, operações e diferenças dos conceitos em avaliação, desacreditando que os estatutos das

frentes seriam aplicados com fidelidade, após a eleição (*Veja*, 1993h, p. 39). Por fim, nova menção ao voto distrital (*Veja*, 1993i, p. 54-56).

O periódico ainda julgou negativamente, em sua “Carta ao Leitor”, na mesma edição, a cédula determinada pelo TSE, que facultaria a escolha simultânea da monarquia e do presidencialismo (*Veja*, 1993j, p. 15). A forma monárquica e o sistema presidencialista são conflitantes entre si. Cabe salientar que a cédula também desagradou aos parlamentaristas republicanos, que teriam que trabalhar pelo voto cruzado, pois a república era a segunda opção à esquerda e o parlamentarismo, a primeira alternativa à direita do papel (Biluczyk, 2021, p. 185)

Veja não deu muita ênfase a outros desdobramentos da campanha parlamentarista, tratando-a, algumas vezes, superficialmente, como na entrevista concedida por Luiz Inácio Lula da Silva, na qual ele ponderou as razões pelas quais o Partido dos Trabalhadores (PT) havia fechado questão em torno do presidencialismo, em uma votação interna realizada em 14 de março de 1993. A decisão partidária contrariou alguns de seus filiados, como o deputado José Genoíno, que foram orientados a não mais se posicionar publicamente pelo parlamentarismo (Silva, 1993, p. 8-10).

Sob altos índices de abstenção, visto que apenas 73,36% do eleitorado compareceu às urnas, a república e o presidencialismo conquistaram a maioria dos votos. Assim, uma nova derrota foi imposta aos parlamentaristas, tanto republicanos, como monarquistas. Roberto Pompeu de Toledo, na edição de 21 de abril de 1993, dia da eleição, já previa o resultado, ofertando inúmeras explicações para tal. “Entre parlamentarismo e presidencialismo, o público preferiu dar de ombros e seguir em frente”, antecipava o colunista, refletindo que o Plebiscito seria um dos “maiores fracassos de convocatória eleitoral já registrados no Brasil” (Toledo, 1993c, p. 31).

Para Toledo, o povo não estava interessado na eleição, nem acreditava em soluções simples para as dificuldades políticas do país. Por isso, desconfiou e não embarcou no “anúncio de um novo advento” propagado pela campanha parlamentarista. Lamentando outra vez a realização da eleição, o jornalista acreditava que o brasileiro estava premiando indiretamente duas coisas que não mereciam ser prestigiadas: a república e o presidencialismo, também problemáticos em suas execuções, na história do Brasil (Toledo, 1993c, p. 32).

A reportagem se amparou em argumentos de políticos e autoridades científicas para corroborar suas análises contextuais. Segundo o presidente do PSDB, Tasso Jereissati, o Plebiscito ficou “fora de sintonia com a realidade nacional”. Já para Bolívar Lamounier,

cientista político parlamentarista, constantemente consultado por *Veja*, a discussão sobre a monarquia “folclorizou o debate”, fazendo com que a imprensa preferisse ressaltar “o grotesco” da causa à questão dos sistemas de governo, que acabou não sendo levada suficientemente a sério (Toledo, 1993c, p. 31).

A socióloga Maria Victória Benevides entendia que os temas debatidos pelo Plebiscito interessavam unicamente “aos governantes, não aos governados”. Para o cientista social Cândido Mendes, as opções propostas na votação não poderiam resolver mazelas, como a marginalidade social, cujas respostas eram requeridas com mais urgência na sociedade. O presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, acreditava que a quantidade de eleições promovidas nos anos anteriores – 1988, 1989, 1990 e 1992 – causara cansaço na população (Toledo, 1993c, p. 32).

Em semelhante diretriz, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos julgava que a inusitada eleição de 21 de abril de 1993 era um “desperdício incrível” para a promoção de um debate efetivo sobre a política nacional e seus modos de operação (Toledo, 1993c, p. 32). Na semana seguinte, Santos voltou a ser indagado sobre o tópico, dessa vez em uma entrevista, em que ponderou a falta de entusiasmo popular sobre as discussões, cujas carências se acentuavam em seus desenvolvimentos (Santos, 1993, p. 7).

A reportagem analisou os números de pesquisas de três institutos – Gallup, Datafolha e Ibope –, realizadas entre junho de 1989 e abril de 1993. Sem detalhar com que critérios as sondagens foram efetuadas, um infográfico aglutinou os dados, explorando a “variação das tendências”, mostrando um pico de adesão ao parlamentarismo em novembro de 1992, no auge da crise, e uma rápida queda entre fevereiro e abril de 1993, meses da campanha. No mês da eleição, o sistema presidencial conquistara, segundo o Ibope, 54%, e o sistema de gabinete, 20% (Toledo, 1993c, p. 31).

Os resultados do pleito, de fato, se aproximaram desse patamar, visto que 55,41% dos votantes optou pelo presidencialismo – mais de 36 milhões de eleitores – e 24,79% pelo parlamentarismo – quantidade superior a 16 milhões. Salienta-se que a forma de governo republicana conquistou 66,28% das preferências – mais de 43 milhões de votos – e a monarquia, 10,26% - cerca de 6,7 milhões, quantidade inferior aos votos brancos e nulos (Tribunal Superior Eleitoral, 2013)¹⁵. Essas informações não ganharam proeminência em *Veja*, que doravante se direcionou a examinar os novos atos do governo presidencialista de Itamar Franco.

¹⁵ A obtenção dos resultados absolutos do Plebiscito esbarra em algumas dificuldades. As informações fornecidas pelo TSE contêm algumas discrepâncias nos números totais e nas porcentagens, nada que modifique o resultado

Conclusões

O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo e as três frentes políticas envolvidas na campanha ganharam coberturas demasiadamente pontuais na revista *Veja*. O desinteresse do periódico pela disputa ficou demonstrado já na fase de obtenção dos materiais publicados, onde se percebeu uma quantidade limitada de textos a explorar. O desempenho das frentes foi menosprezado, por suas falhas operacionais e conflitos internos. A exacerbação dos problemas, em detrimento dos encaminhamentos políticos, salienta a inexistência de objetividade no produto jornalístico. A subjetividade da fonte, no entanto, poderia estar presente também em documentos tidos como oficiais, escritos por pessoas com diferentes visões de mundo.

Enfatizando deméritos à votação, a revista e seus profissionais tratavam a consulta eleitoral como um artifício político desnecessário, cujo interesse maior dizia respeito aos parlamentaristas republicanos. *Veja* publicou no recorte temporal, conteúdos convergentes à sua linha editorial, referendados também por opiniões manifestas em entrevistas e posicionamentos de terceiros. O contraditório emergiu por meio de ideias consideradas plausíveis pelos jornalistas, em busca da preconização de julgamentos negativos às causas.

O semanário endossava, com firmeza, a promoção de outro tipo de debate, fundamentando sua visão de que outros temas, como o voto distrital e o ajuste na quantidade de deputados por estado, eram as reais necessidades da política brasileira, não englobadas diretamente pelas alternativas em jogo na votação de 21 de abril. *Veja* seguia o pensamento de que o parlamentarismo republicano, nos moldes defendidos pela campanha oficial, era um recurso ineficaz. O modelo mais concreto e “puro”, contudo, era contextualmente rechaçado pela opinião pública, algo que impulsionava a manutenção do presidencialismo vigente.

Operando sob um regime democrático, *Veja* restringiu seu exercício jornalístico, possivelmente por motivações de ordem interna. Ao mesmo tempo em que procurou se apresentar como um termômetro social, ao captar comportamentos externos contrários aos contendores, atuou com voz ativa, na tentativa de dissuadir o eleitor quanto às ideias promovidas pelas frentes – sobretudo pelos parlamentaristas republicanos e monarquistas. Os critérios elencados por autores, como Zicman, Luca e outros, ajudam o historiador a extrair de maneira crítica, conhecimentos históricos pertinentes, contemplando-se elementos próprios das fontes e do contexto.

da eleição. O desalinho não possui uma explicação oficial, mas pode derivar de dificuldades inerentes ao estilo manual da votação. O *link* da fonte julgada mais confiável é o que está citado nas referências.

Referências:

AUGUSTI, A. R. 2005. *Jornalismo e Comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja*. Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BARBOSA, F. H. 2009. Plano Cruzado. In: A. A. ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC.

BARDIN, L. 2000. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BATISTELLA, A. 2016. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: Editora UFPR.

BENETTI, M. 2007. A Ironia como Estratégia Discursiva da Revista *Veja*. *Líbero*. Ano X, nº 20.

BILUCZYK, R. 2021. *Da Constituinte ao Plebiscito: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas Manchete e Veja (1987-1993)*. Passo Fundo/RS, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo.

BIZ, O. 1993a. Nova Tentativa Parlamentarista na Constituinte. In: Á. PETERSEN; O. BIZ. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, p. 65-70.

BIZ, O. 1993b. Reformas Indispensáveis. In: Á. PETERSEN; O. BIZ. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, p. 41-52.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992. Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. *Lei 8.624, de 4 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm. Acesso em: 11/05/2021.

CAPELATO, M. H. 2014. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: L. A. N. DELGADO; M. M. FERREIRA (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, p. 299-315.

CARVALHO, B. L. P. 2010. “Vote no Rei”: o plebiscito de 1993. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em: 11/05/2021.

CIVITA, R. 1993. Vamos Continuar as Mudanças. *Veja*, nº 1269, São Paulo, 06 jan., p. 78.

CODATO, A. N. 2005. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106.

CORRÊA, M.S. 1993. Unidos do Plebiscito. *Veja*, nº 1272, São Paulo, 27 jan., p. 30.

CORRÊA, T. S. 2012. A Era das Revistas de Consumo. In: A. L. MARTINS; T. R. LUCA (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.

CUNHA BUENO, A. H. B. 1988. *A Solução é o Rei*. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. 2014. Introdução. In: L. A. N. DELGADO; M. M. FERREIRA (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, p. 7-12.

DIAS, S.; LEMOS, R.; CARNEIRO, A. 2015. José Sarney. In: A. A. ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC.

ESTEVES, E. M. S. 1984. *O Pensamento Parlamentar e o Parlamentarismo no Brasil (1946-1961)*. Brasília: Fundação Pró-Memória.

FERREIRA, J. 2003. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: J. FERREIRA; L. A. N. DELGADO. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 343-417.

FERREIRA, J. 2018. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: J. FERREIRA; L. A. N. DELGADO. *O Brasil Republicano: O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 27-71.

FICO, C. 2016. *História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais*. São Paulo: Contexto.

FIGUEIREDO, A. C.; FIGUEIREDO, M. 1993. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense.

FRENTE Parlamentarista Nacional – Direção Nacional – Chapa Ulysses Guimarães (1992-1994). 1993. In: MORAES, A. E. et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 118-123.

GOIS, A. 1993. O avanço dos indecisos. *Veja*, nº 1272, São Paulo, 27 jan., p. 31.

KORNIS, M.; COSTA, M. 2009. Plebiscito. In: A. A. ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC.

LUCA, T. R. 2008. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153.

MIGUEL, L. F. 1996. Sentidos do Passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. *Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS.

MODELO Parlamentarista Republicano. 1993. In: MORAES, A. E. et al. *Plebiscito: Como Votarei?*. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 124-135.

MORAES, R. 1999. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32.

NÉMETH-TORRES, G. 2008. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. *Veredas da História*. n. 1.

NOGUEIRA, A. M. 2009. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. In: A. A. ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

PETERSEN, Á. 1993. Forma e Sistema de Governo. In: Á. PETERSEN; O. BIZ. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, p. 9-30.

RIBEIRO, D. (org.). 1993. *Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes.

ROMANCINI, R. 2005. História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: INTERCOM/UERJ.

ROSSATO, L. 2016. As escolas brasileiras de educação básica nas revistas *Veja*, *Visão* e *IstoÉ* (1980-1989). In: R. L. LOHN (org.). *História nas Bancas de Revistas*. Ponta Grossa: Todapalavra.

SANTOS, A. A. 1992. *Parlamentarismo, Sim! Mas à brasileira: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal*. São Paulo: Artpress.

SANTOS, W. G. 1993. Plebiscito sem causa – Entrevista concedida a Marcos Sá Corrêa. *Veja*, nº 1285, São Paulo, 28 abr., p. 7-9.

SERRA, J. 1993. Parlamentarismo e Democracia. In: J. SERRA et al. *Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?* São Paulo: Contexto, p. 7-33.

SILVA, C. L. S. 2005. *Veja: O Indispensável Partido Neoliberal*. Niterói/RJ, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense.

SILVA, J. A. 1989. Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil. *Revista de Ciência Política*, v. 33, n. 1, p. 9-32.

SILVA, L. I. L. 1993. Itamar está perdido – Entrevista concedida a André Petry. *Veja*, nº 1280, São Paulo, 24 mar., p. 7-10.

SIMONSEN, M. H. 1993. Um rei para o Brasil – Entrevista concedida a Marcos Sá Corrêa. *Veja*, nº 1271, São Paulo, 20 jan., p. 7-9.

TOLEDO, R. P. 1991. Como no Império. *Veja*, nº 1182, São Paulo, 15 maio, p. 26-27.

TOLEDO, R. P. 1993a. O embuste do ano. *Veja*, nº 1274, São Paulo, 10 fev., p. 22-25.

TOLEDO, R. P. 1993b. Se a política não fosse em cores. *Veja*, nº 1277, São Paulo, 3 mar., p. 90.

TOLEDO, R. P. 1993c. Triunfo do bocejo. *Veja*, nº 1284, São Paulo, 21 abr., p. 30-33.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2013. Plebiscito sobre forma e sistema de governo completa 20 anos no dia 21 de abril. Disponível em:
<https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/100464619/plebiscito-sobre-forma-e-sistema-de-governo-completa-20-anos-no-dia-21-de-abril>. Acesso em: 11/05/2021.

VASCONCELOS, J. 1993. Nossa maioria é falsa – Entrevista concedida a José Manoel Júnior. *Veja*, nº 1273, São Paulo, 3 fev., p. 7-9.

VEJA. 1987a. Solidão no Planalto. nº 964, São Paulo, 25 fev., p. 28-32.

VEJA. 1987b. Em debate, o futuro de Sarney. nº 964, São Paulo, 25 fev., p. 31.

VEJA. 1987c. Parlamentarismo Imperial a la Sarney. nº 971, São Paulo, 15 abr., p. 22-23.

VEJA. 1987d. Tremor em Brasília. nº 1000, São Paulo, 4 nov., p. 48-51.

VEJA. 1987e. Deputado quer um rei para o Brasil. nº 963, São Paulo, 18 fev., p. 32.

VEJA. 1987f. Vitória pela metade. nº 981, São Paulo, 24 jun., p. 42-43.

VEJA. 1987g. À busca de estabilidade. nº 995, São Paulo, 30 set., p. 36.

VEJA. 1987h. Sarney tenta de novo. nº 1006, São Paulo, 16 dez., p. 25.

VEJA. 1988a. Carta ao Leitor. nº 1019, São Paulo, 16 mar., p. 17.

VEJA. 1988b. O óbvio no placar. nº 1021, São Paulo, 30 mar., p. 44-48.

VEJA. 1988c. O tucano decola. nº 1034, São Paulo, 29 jun., p. 42-44.

VEJA. 1992a. O que você quer? nº 1268, São Paulo, 30 dez., p. 84-86.

VEJA. 1993a. O leitor diz o que pensa. nº 1274, São Paulo, 10 fev., p. 12-13.

VEJA. 1993b. Acordes monarquistas. nº 1269, São Paulo, 06 jan., p. 57.

VEJA. 1993c. Os argumentos pró e contra. nº 1279, São Paulo, 17 mar., p. 44-45.

VEJA. 1993d. O xis da questão. nº 1272, São Paulo, 27 jan., p. 28.

VEJA. 1993e. A cara do Congresso. nº 1279, São Paulo, 17 mar. 1993, p. 32-33.

VEJA. 1993f. Pílulas Políticas. nº 1276, São Paulo, 24 fev., p. 68-69.

VEJA. 1993h. Guia: Para votar no Plebiscito. nº 1279, São Paulo, 17 mar., p. 39.

VEJA. 1993i. Mude ou não mude o sistema. *Veja*, nº 1279, 17 mar. 1993, p. 54-56.

VEJA. 1993j. O Plebiscito num guia completo. nº 1279, São Paulo, 17 mar., p. 15.

VELÁSQUEZ, M. C. C.; KUSHNIR, B. 2009. Veja. In: A. A. ABREU et al (coords.).
Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC.

VERSIANI, M. H. 2014. A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987). In: L. A. N.
DELGADO; M. M. FERREIRA (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, p.
212-227.

VILLALTA, D. 2002. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira.
In: *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

ZANONI, D. A. 2015. *As representações do Irã através da revista Veja*. Passo Fundo/RS,
Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo.

ZICMAN, R. B. 1985. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas.
Projeto História. São Paulo, v. 4, p. 89-102.

Recebido em: 28/12/2020

Aceito em: 05/01/2022



RLAH

Agosto/Dezembro de 2022